

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2006)

2º Trimestre de 2013

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa mantém crescimento

No ano acabado no 2º trimestre de 2013, a capacidade de financiamento da economia portuguesa aumentou para 1,6% do PIB (1,0% no 1º trimestre de 2013). Esta evolução deveu-se em larga medida à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços, com as exportações a aumentarem 1,6%.

A taxa de poupança das Famílias aumentou para 13,6% no 2º trimestre de 2013 (13,4% no 1º trimestre de 2013), variação determinada pela redução de 0,5% do consumo, que mais que compensou a redução do rendimento disponível das Famílias (variação de -0,3% no 2º trimestre de 2013). A capacidade de financiamento das Famílias atingiu 7,8% do PIB no 2º trimestre de 2013 (superior em 0,2 pontos percentuais à do trimestre anterior).

Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -2,4% e 2,4% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2013, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas diminuiu, passando de 7,0% no 1º trimestre de 2013 para 6,1% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013. Este comportamento refletiu sobretudo o aumento das receitas de impostos sobre o rendimento e a diminuição das despesas com transferências de capital. No 1º semestre de 2013, o saldo do setor das AP fixou-se em -7,1% do PIB, o que compara com -7,8% no período homólogo.

O Rendimento Nacional Bruto permaneceu inalterado e o Rendimento Disponível Bruto da Nação registou um aumento de 0,2%, determinado pela melhoria do saldo das transferências correntes com o exterior.

Os custos do trabalho por unidade produzida mantiveram-se inalterados, com a remuneração média e a produtividade a registarem taxas de crescimento muito próximas.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 2º trimestre de 2013. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres

consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Estes resultados incorporam as contas dos setores institucionais provisórias para 2011, consistentes com as contas de ramos de atividade. Note-se que, devido à finalização das contas das Administrações Públicas no quadro da 2ª notificação de 2013 do Procedimento dos

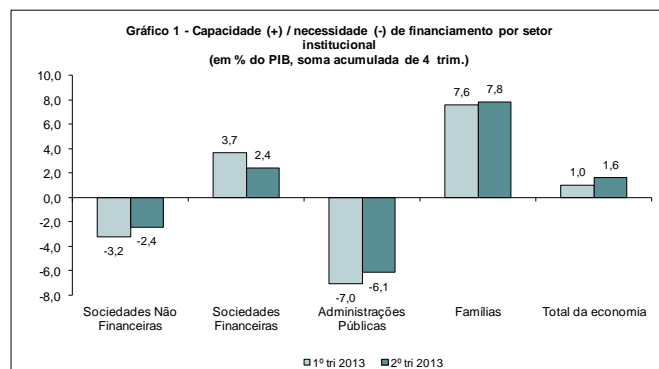
Défices Excessivos também hoje divulgadas, foi necessário proceder à atualização dos resultados das contas de ramos de atividade, anuais e trimestrais, divulgadas em 6 de Setembro passado. Esta atualização implicou alterações no nível do PIB em 2011 e 2012.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE, nomeadamente a decorrente da atualização mencionada.

Capacidade de financiamento da economia atinge 1,6% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,6% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013 (1,0% no trimestre anterior). Esta evolução deveu-se, em larga medida, à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços, tendo as exportações aumentado 1,6% no ano acabado no 2º trimestre de 2013, que mais que compensou o aumento de 0,7% das importações.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) atingiu 6,1% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013, o que compara com 7,0% registado no trimestre anterior. Para este comportamento positivo contribuíram sobretudo o aumento das receitas de impostos sobre o rendimento e a diminuição das despesas com transferências de capital. Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento representou 7,8% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013, o que compara com uma capacidade de financiamento de 8,0% do PIB no trimestre anterior. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos saldos dos diversos setores institucionais entre o 1º e o 2º trimestres de 2013.

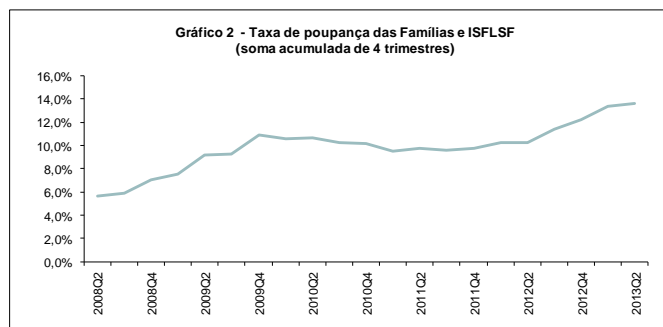


Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -2,4% e 2,4% no ano terminado no 2º trimestre de 2013, respetivamente. A capacidade de financiamento das famílias¹ aumentou 0,2 pontos percentuais (p.p.) do PIB face ao trimestre anterior, atingindo 7,8% no ano terminado no 2º trimestre de 2013.

Famílias: taxa de poupança aumentou para 13,6% do rendimento disponível

O aumento da capacidade de financiamento das famílias em 0,2 p.p. do PIB esteve associado ao comportamento da poupança corrente, que aumentou 1,4% no ano acabado no 2º trimestre de 2013. A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 13,6% do respetivo rendimento disponível (13,4% no ano terminado no trimestre anterior). O aumento da poupança esteve associado a uma diminuição de 0,5% da despesa de consumo final, que mais que compensou a redução do rendimento disponível (taxa de variação de -0,3% no ano acabado no 2º trimestre de 2013).

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).



A diminuição do rendimento disponível foi determinada sobretudo pela evolução do imposto sobre o rendimento pago pelas famílias, que aumentou 8,1% no ano terminado no 2º trimestre de 2013, efeito que foi parcialmente compensado pelo aumento das prestações sociais recebidas (taxa de variação de 1,1% no 2º trimestre de 2013).

A diminuição do rendimento disponível foi ainda influenciada pelo comportamento das remunerações recebidas pelas famílias, que diminuíram 0,3% no ano terminado no 2º trimestre de 2013, que compara com

uma diminuição de 0,2% no ano terminado no trimestre anterior.

O quadro seguinte descreve a composição do rendimento disponível das famílias. O peso relativo das remunerações apresenta uma tendência decrescente, parcialmente compensada pelos aumentos do saldo dos rendimentos de propriedade e das prestações sociais líquidas de contribuições sociais. Nos últimos trimestres é também visível o aumento do peso relativo dos impostos pagos pelas famílias, com um contributo negativo para o respetivo rendimento disponível.

O investimento das Famílias manteve-se praticamente inalterado no ano terminado no 2º trimestre de 2013, relativamente ao valor registado no trimestre anterior. Assim, o aumento da poupança determinou a melhoria da capacidade de financiamento em 0,2 p.p. do PIB, no ano acabado no 2º trimestre de 2013.

Quadro 1: Peso percentual das componentes do rendimento disponível (MM4)

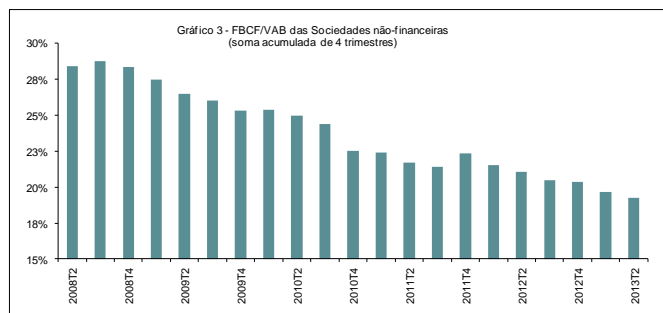
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010T1	69.58	20.34	7.97	-8.03	6.22	3.93
2010T2	69.07	20.38	8.03	-7.94	6.46	4.00
2010T3	68.98	20.51	7.79	-7.77	6.53	3.96
2010T4	68.47	20.22	8.58	-7.96	6.32	4.37
2011T1	68.60	20.38	8.89	-8.65	6.40	4.38
2011T2	68.15	20.21	8.93	-7.75	6.21	4.25
2011T3	68.06	20.09	9.51	-7.95	6.21	4.09
2011T4	68.12	20.14	9.76	-8.78	6.66	4.10
2012T1	67.65	20.24	9.91	-8.82	7.04	3.98
2012T2	66.78	20.51	10.04	-9.17	7.76	4.08
2012T3	65.93	20.62	10.48	-9.01	7.89	4.08
2012T4	64.37	20.79	11.10	-8.30	7.97	4.08
2013T1	64.05	20.74	11.45	-8.75	8.39	4.12
2013T2	64.01	20.95	11.61	-9.49	8.74	4.18

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento de 19,3% no 2º trimestre de 2013

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 2,4% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013 (3,2% no ano acabado no 1º trimestre de 2013).

A melhoria da necessidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo o comportamento favorável do saldo dos rendimentos de propriedade, que mais que compensou o aumento do imposto sobre o rendimento.

A FBCF das Sociedades Não Financeiras diminuiu 1,8% no ano terminado no 2º trimestre de 2013 (diminuição de 4,5% no 1º trimestre de 2013), enquanto o VAB aumentou 0,1%. Assim, a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do setor) manteve uma trajetória decrescente, atingindo 19,3% no ano acabado no 2º trimestre de 2013 (19,7% no ano acabado no 1º trimestre de 2013).



Sociedades Financeiras: diminuição da capacidade de financiamento em 1,3 p.p. do PIB

No ano acabado no 2º trimestre de 2013, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 2,4% do PIB, menos 1,3 p.p. que a registada no ano acabado no 1º trimestre de 2013. Este comportamento foi determinado sobretudo pela diminuição dos rendimentos de propriedade, onde se Contas Nacionais – 2º trimestre de 2013

incluem os juros e dividendos, tendo os rendimentos recebidos e pagos diminuído 12,2% e 5,2%, respetivamente. A poupança corrente deste setor registou uma diminuição de 25,8% (variação de -10,5% no ano acabado no 1º trimestre de 2013). As transferências de capital recebidas diminuíram significativamente no ano terminado no 2º trimestre de 2013 (taxa de variação de -26,8%), refletindo o efeito de base associado ao aumento de capital da CGD efetuado no 2º trimestre de 2012, registado como transferência de capital em contas nacionais.

Setor das Administrações Públicas: défice reduziu-se em 0,9 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas (AP) registou uma redução de 0,9 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2013, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 6,1% do PIB. Esta redução da necessidade de financiamento resultou de um aumento na receita conjugado com uma diminuição da despesa (ver Quadros 1 e 2).

Do lado da receita, verificou-se um aumento dos impostos sobre o rendimento e património, enquanto as contribuições sociais se mantiveram praticamente ao mesmo nível do trimestre anterior. Adicionalmente verificou-se uma redução das receitas de impostos sobre a produção e a importação, bem como das receitas de capital. As outras receitas correntes registaram um aumento significativo, associado ao pagamento de dividendos por parte do Banco de Portugal.

A diminuição da despesa no ano terminado no 2º trimestre de 2013 foi determinada pela redução da despesa de capital, uma vez que a despesa corrente

aumentou 0,6% sobretudo devido ao comportamento do consumo intermédio (variação de 2,0%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1.696,6 milhões de euros no 2º trimestre de 2013 (-3.181,5 milhões de euros no trimestre homólogo de 2012), correspondente a -4,1% do PIB.

Para o conjunto do 1º semestre de 2013, o saldo global das AP fixou-se em -5.700,2 milhões de euros, correspondendo a -7,1% do PIB (-7,8% do PIB em igual período do ano passado).

Tal como referido em edições anteriores desta publicação, no apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações

Contas Nacionais – 2º trimestre de 2013

financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

O quadro 4 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional². Comparando o 2º trimestre de 2013 com o trimestre homólogo verificou-se uma melhoria significativa do saldo em contabilidade nacional, embora o saldo em contabilidade pública tenha exibido um agravamento. Esta situação resulta essencialmente de efeitos de base associados aos ajustamentos realizados na passagem de um saldo ao outro no 2º trimestre de 2012.

² De acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 95), os fluxos de juros de swaps e de contratos de garantia de taxas (FRA's) são objeto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflete-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas" no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas (SEC95), designado Saldo total nos quadros deste Destaque, e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, designado Saldo em contabilidade nacional no quadro 5.

Quadro 2: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2
Receitas totais	76.123,7	74.954,7	67.574,3	67.604,3	68.563,2
Receita corrente	68.052,0	66.731,5	65.076,9	65.295,7	66.445,8
Impostos sobre o rendimento e património	16.866,2	16.257,1	15.272,5	15.816,1	16.900,1
Impostos sobre a produção e importação	22.918,7	22.560,6	22.538,7	22.245,1	21.957,5
Contribuições sociais	20.234,5	19.778,4	19.135,3	19.143,7	19.169,3
Vendas	4.533,1	4.642,0	4.608,8	4.600,6	4.579,1
Outras receitas correntes	3.499,5	3.493,4	3.521,7	3.490,1	3.839,8
Receitas de capital	8.071,7	8.223,2	2.497,4	2.308,6	2.117,3
Despesas totais	82.891,8	81.543,2	78.243,8	79.116,6	78.608,5
Despesa corrente	76.486,4	75.879,8	73.426,9	73.991,7	74.428,2
Prestações sociais	38.141,2	37.731,2	37.139,3	37.568,2	37.878,7
Despesas com pessoal	17.839,0	17.606,4	16.510,0	16.548,6	16.690,1
Juros	7.355,7	7.316,1	7.154,2	7.171,7	7.171,0
Consumo intermédio	7.675,6	7.708,8	7.400,2	7.360,7	7.507,9
Subsídios	1.083,1	1.077,1	1.008,5	1.018,8	1.022,4
Outra despesa corrente	4.391,8	4.440,2	4.214,6	4.323,7	4.158,1
Despesa de capital	6.405,4	5.663,4	4.816,9	5.124,9	4.180,3
Investimento ⁽¹⁾	3.758,7	3.002,5	2.480,8	2.206,1	2.025,7
Outra despesa de capital	2.646,7	2.660,9	2.336,1	2.918,7	2.154,5
Saldo corrente	-8.434,4	-9.148,4	-8.350,0	-8.696,0	-7.982,3
Saldo total	-6.768,0	-6.588,6	-10.669,5	-11.512,3	-10.045,3
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	69.130,66	68.563,78	66.272,63	66.819,96	67.257,17
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	168.482,70	167.255,40	165.106,70	163.595,40	163.559,40
Défice em% PIB	-4,0%	-3,9%	-6,5%	-7,0%	-6,1%

Quadro 3: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2
Receitas totais	-0,7	-1,5	-9,8	0,0	1,4
Receita corrente	-1,1	-1,9	-2,5	0,3	1,8
Impostos sobre o rendimento e património	0,6	-3,6	-6,1	3,6	6,9
Impostos sobre a produção e importação	-1,0	-1,6	-0,1	-1,3	-1,3
Contribuições sociais	-2,8	-2,3	-3,3	0,0	0,1
Vendas	3,4	2,4	-0,7	-0,2	-0,5
Outras receitas correntes	-4,7	-0,2	0,8	-0,9	10,0
Receitas de capital	3,1	1,9	-69,6	-7,6	-8,3
Despesas totais	-1,4	-1,6	-4,0	1,1	-0,6
Despesa corrente	-1,6	-0,8	-3,2	0,8	0,6
Prestações sociais	0,3	-1,1	-1,6	1,2	0,8
Despesas com pessoal	-6,7	-1,3	-6,2	0,2	0,9
Juros	2,0	-0,5	-2,2	0,2	0,0
Consumo intermédio	-2,7	0,4	-4,0	-0,5	2,0
Subsídios	-2,2	-0,6	-6,4	1,0	0,3
Outra despesa corrente	1,2	1,1	-5,1	2,6	-3,8
Despesa de capital	0,5	-11,6	-14,9	6,4	-18,4
Investimento ⁽¹⁾	-14,0	-20,1	-17,4	-11,1	-8,2
Outra despesa de capital	32,3	0,5	-12,2	24,9	-26,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º semestre de 2012		1º semestre de 2013		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	31.440,3	38,6	32.429,1	40,5	3,1
Receita corrente	30.493,8	37,4	31.862,8	39,8	4,5
Impostos sobre o rendimento e património	6.621,8	8,1	8.249,5	10,3	24,6
Impostos sobre a produção e importação	10.685,7	13,1	10.104,5	12,6	-5,4
Contribuições sociais	9.324,8	11,4	9.358,9	11,7	0,4
Vendas	2.143,7	2,6	2.114,0	2,6	-1,4
Outras receitas correntes	1.717,8	2,1	2.035,9	2,5	18,5
Receitas de capital	946,5	1,2	566,4	0,7	-40,2
Despesas totais	37.764,7	46,3	38.129,4	47,7	1,0
Despesa corrente	35.223,3	43,2	36.224,7	45,3	2,8
Prestações sociais	17.518,6	21,5	18.258,0	22,8	4,2
Despesas com pessoal	8.214,5	10,1	8.394,5	10,5	2,2
Juros	3.561,5	4,4	3.578,3	4,5	0,5
Consumo intermédio	3.320,3	4,1	3.428,0	4,3	3,2
Subsídios	396,9	0,5	410,7	0,5	3,5
Outra despesa corrente	2.211,6	2,7	2.155,1	2,7	-2,6
Despesa de capital	2.541,3	3,1	1.904,7	2,4	-25,1
Investimento ⁽¹⁾	1.402,6	1,7	947,5	1,2	-32,4
Outra despesa de capital	1.138,8	1,4	957,2	1,2	-15,9
Saldo corrente	-4.729,5	-5,8	-4.361,9	-5,5	
Saldo total	-6.324,4	-7,8	-5.700,2	-7,1	

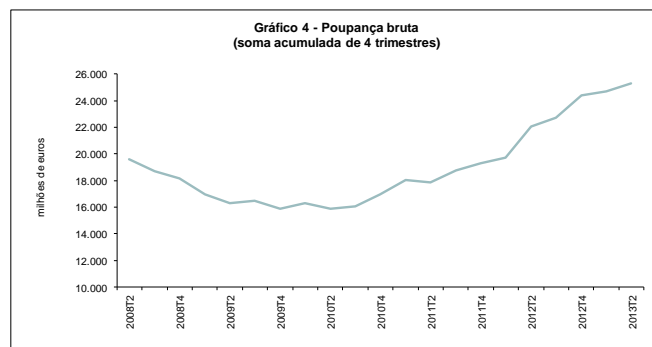
(1) Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2012 T2	2013 T2
Saldo em contabilidade pública:	-1.086,0	-2.635,0
Ajustamento acc rual e delimitação setorial em Contas Nacionais	124,2	72,4
Diferença entre juros pagos e devidos	1.219,5	956,9
Outros valores a receber:	-2.291,4	105,6
Outros valores a pagar:	-279,4	-237,5
Outros ajustamentos:	-868,3	41,1
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital</i>	-766,5	-1,8
Saldo em contabilidade nacional: ⁽³⁾	-3.181,5	-1.696,6
Em % do PIB	-7,7%	-4,1%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto com variação positiva no 2º trimestre de 2013

No ano terminado no 2º trimestre de 2013, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) permaneceu inalterado, em termos nominais, que compara com uma diminuição de 0,6% no ano acabado no 1º trimestre de 2013. Esta evolução refletiu o saldo menos negativo dos rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior. Os rendimentos primários recebidos e pagos com o exterior registaram taxas de variação de -0,2% e -1,2% no ano acabado no 2º trimestre de 2013, respetivamente.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 1,1% no ano acabado no 2º trimestre de 2013 (diminuição de 4,7% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,6% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013 (1,0% no ano acabado no trimestre anterior).

Quadro 6: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

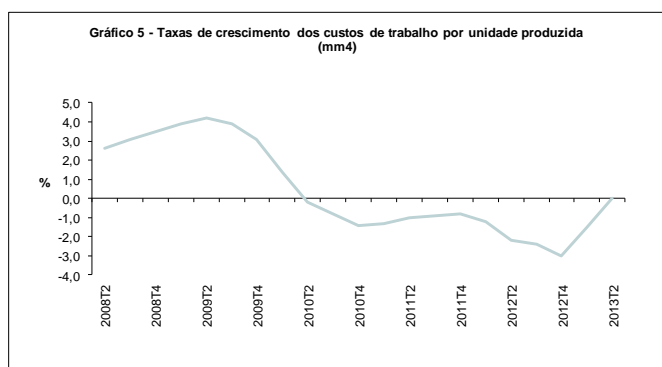
Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2009T1	170 783	-0,7	164 252	-1,0	165 976	-1,0
2009T2	169 164	-0,9	162 514	-1,1	164 148	-1,1
2009T3	168 535	-0,4	162 260	-0,2	163 613	-0,3
2009T4	168 529	0,0	161 665	-0,4	162 825	-0,5
2010T1	169 478	0,6	162 900	0,8	164 008	0,7
2010T2	170 830	0,8	164 096	0,7	165 371	0,8
2010T3	172 314	0,9	165 174	0,7	166 575	0,7
2010T4	172 860	0,3	166 934	1,1	168 297	1,0
2011T1	173 110	0,1	167 625	0,4	169 121	0,5
2011T2	172 881	-0,1	166 559	-0,6	167 965	-0,7
2011T3	172 199	-0,4	166 449	-0,1	167 862	-0,1
2011T4	171 126	-0,6	164 896	-0,9	166 346	-0,9
2012T1	170 695	-0,3	164 026	-0,5	165 531	-0,5
2012T2	168 483	-1,3	163 308	-0,4	164 870	-0,4
2012T3	167 255	-0,7	162 297	-0,6	163 892	-0,6
2012T4	165 107	-1,3	161 081	-0,7	162 923	-0,6
2013T1	163 596	-0,9	160 081	-0,6	161 890	-0,6
2013T2	163 511	-0,1	160 145	0,0	162 180	0,2

Quadro 7 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2009T1	9,9	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,6	1,1	21,2	-10,4
2009T3	9,8	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,5
2010T2	9,3	1,0	20,4	-10,1
2010T3	9,3	1,0	20,2	-9,8
2010T4	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011T1	10,4	1,5	20,2	-8,3
2011T2	10,3	1,5	19,8	-8,0
2011T3	10,9	1,6	19,4	-7,0
2011T4	11,3	1,5	18,4	-5,6
2012T1	11,5	1,6	17,7	-4,5
2012T2	13,1	1,7	16,9	-2,1
2012T3	13,6	1,8	16,3	-0,9
2012T4	14,8	2,1	16,7	0,2
2013T1	15,1	1,9	16,0	1,0
2013T2	15,5	2,0	15,8	1,6

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) estabilizam no 2º trimestre de 2013

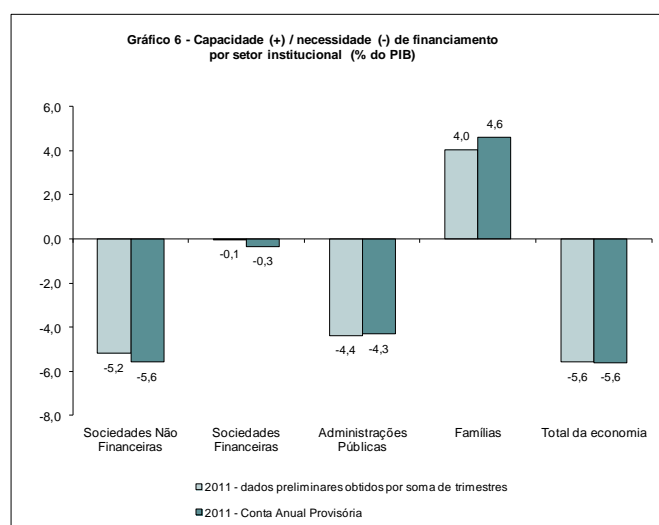
No ano acabado no 2º trimestre de 2013, os CTUP permaneceram inalterados em relação ao período homólogo. Esta evolução foi determinada pelas taxas de variação homóloga muito próximas registadas para a produtividade e para a remuneração média³ de 0,6% e 0,7%, respetivamente. No trimestre anterior, a produtividade tinha registado uma variação de 0,3% e a remuneração média tinha diminuído 1,2%. Note-se que o comportamento da remuneração média refletirá, em parte, o pagamento de subsídios de férias e de Natal em duodécimos.



Incorporação de nova informação – Contas dos Setores Institucionais provisórias de 2011

Os resultados apresentados neste destaque incorporam as Contas dos setores institucionais provisórias de 2011, que resultam da utilização de um conjunto mais vasto de informação de base. A natureza provisória dos mesmos decorre de estar atualmente em preparação a mudança de base das Contas Nacionais, visando a implementação do novo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC2010). Os resultados detalhados da Conta dos Setores Institucionais de 2011 estão disponíveis na área das Contas Nacionais no portal do INE.

As contas anuais de 2011 incorporadas neste Destaque determinaram a revisão da informação trimestral para aquele ano, bem como as estimativas para os trimestres posteriores. O gráfico seguinte apresenta o impacto da incorporação da conta anual sobre a capacidade/necessidade de financiamento de 2011 por setor institucional.



O PIB registou uma diminuição nominal de 1,0% em 2011, relativamente a 2010. Esta evolução foi determinada pela diminuição do Valor Acrescentado Bruto das AP, que diminuiu 7,5% em 2011. O VAB das Sociedades não financeiras aumentou 0,7% em 2011, relativamente a 2010.

A poupança bruta do total da economia aumentou em 1,5 p.p. do PIB em 2011, sobretudo devido à evolução registada no setor das AP. A FBCF para o total da economia e por setor institucional diminuiu em 2011, relativamente em 2010. As reduções mais significativas registaram-se no setor das AP e das Famílias, com taxas de variação de -31,2% e -9,4% em 2011, respetivamente. A redução da FBCF contribuiu para a melhoria da capacidade/necessidade de financiamento das Sociedades não financeiras e das famílias.

³ Remuneração por trabalhador.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

Quadro 8 - Principais resultados das Contas dos Setores Institucionais provisórias de 2011

Sector	Unidade (10 ⁶ €)		% do PIB			
	2010	2011	2010	2011		
PIB	Total da Economia		172 860	171 126	100,0	100,0
	Sociedades Não Financeiras		83 397	83 946	48,2	49,1
VAB	Sociedades Financeiras		10 476	10 074	6,1	5,9
	Administrações Públicas		24 351	22 517	14,1	13,2
	Famílias e ISFLSF ¹		33 202	32 855	19,2	19,2
Impostos líquidos de subsídios aos produtos			21 433	21 735	12,4	12,7
Saldo dos Rendimentos de Propriedade	Total da Economia		-7 098	-7 668	-4,1	-4,5
	Sociedades Não Financeiras		-13 095	-15 000	-7,6	-8,8
	Sociedades Financeiras		-1 071	798	-0,6	0,5
	Administrações Públicas		-3 789	-5 653	-2,2	-3,3
	Famílias e ISFLSF ¹		10 857	12 187	6,3	7,1
Poupança Bruta	Total da Economia		16 983	19 284	9,8	11,3
	Sociedades Não Financeiras		11 577	9 374	6,7	5,5
	Sociedades Financeiras		4 598	6 125	2,7	3,6
	Administrações Públicas		-12 037	-8 393	-7,0	-4,9
	Famílias e ISFLSF ¹		12 845	12 178	7,4	7,1
Formação Bruta de Capital Fixo	Total da Economia		33 830	30 779	19,6	18,0
	Sociedades Não Financeiras		18 790	18 738	10,9	11,0
	Sociedades Financeiras		1 019	754	0,6	0,4
	Administrações Públicas		6 497	4 473	3,8	2,6
	Famílias e ISFLSF ¹		7 525	6 813	4,4	4,0
Capacidade/ Necessidade de Financiamento	Total da Economia		-15 490	-9 588	-9,0	-5,6
	Sociedades Não Financeiras		-11 925	-9 551	-6,9	-5,6
	Sociedades Financeiras		5 716	-568	3,3	-0,3
	Administrações Públicas		-17 028	-7 380	-9,9	-4,3
	Famílias e ISFLSF ¹		7 746	7 911	4,5	4,6

¹ Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias

A evolução dos saldos dos setores das AP e das Sociedades financeiras reflete a transferência dos fundos de pensões de instituições financeiras. Com efeito, o setor das Sociedades financeiras passou de uma capacidade de financiamento de 3,3% do PIB em 2010 para uma necessidade de financiamento de 0,3% do PIB em 2011.

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2013, é de destacar:

- (i) Incorporação dos resultados provisórios das Contas Nacionais e das Contas dos Setores Institucionais para o ano de 2011, com reflexos nas estimativas para os trimestres de 2011 e seguintes;
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 6 de setembro passado, com as alterações referidas no início deste destaque);



Nota metodológica

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 4º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como a razão entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.